



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018649-25.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
Embargante: **Karem Cristina Marcasso de Oliveira**  
Embargado: **Alberto Moreira Jorge Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de embargos de terceiro em que a embargante alegou que em ação promovida pelo embargado contra seu ex-marido houve a penhora de bem imóvel que especificou.

Alegou ainda que esse bem passou a pertencer-lhe com exclusividade por ocasião de seu divórcio com o ex-marido, razão pela qual não poderia responder por dívida deste.

Os fatos constitutivos do direito da embargante não restaram demonstrados.

Isso porque ela apresentou a fls. 42/44 cópia de uma petição que teria sido dirigida ao r. Juízo da 4ª Vara Cível local e que cristalizaria pedido formulado pela mesma e por seu ex-marido nos autos da "separação judicial consensual" de ambos visando à sobrepartilha do imóvel trazido à colação nos moldes preconizados na petição inicial.

Todavia, não foi coligida a indispensável decisão homologatória dessa sobrepartilha.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A autora foi instada de início a pronunciar-se sobre o assunto (fl. 66), requerendo a concessão de trinta dias para juntar o referido decisório (fl. 72), o que lhe foi deferido (fl. 79).

Decorrido o prazo *in albis* (fl. 81), foi novamente intimada a manifestar-se (fl. 82), inclusive com a renovação da advertência contida no item 2 do despacho de fl. 69 ("**Acrescento que em caso de silêncio se reputará que a sobrepartilha de fls. 42/44 não foi homologada, de sorte que não se poderá cogitar da produção dos efeitos que lhe são inerentes independentemente de qualquer outra consideração a propósito da matéria debatida**" – negritos originais), quedando-se inerte (fl. 85).

O quadro delineado, aliado à inexistência de outros elementos que apontassem para direção contrária, impõe a rejeição da postulação vestibular à minguada comprovação do que foi asseverado pela embargante, não se podendo olvidar que inúmeras oportunidades lhe foram dadas para tanto.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**